

História do Porvir: uma aposta contra o passado

Paulo Roberto de Almeida
(pralmeida@mac.com; www.pralmeida.org)

Resenha de:
George Minois
Histoire de l'Avenir: des Prophètes à la prospective
(Paris: Fayard, 1996)

No Brasil, costumava dizer o ministro Pedro Malan, não é só o futuro que é imprevisível, mas até o passado é incerto – ele se referia aos muitos “esqueletos” financeiros deixados pelas administrações anteriores –, o que nos permitiria agregar que a previsão sobre o futuro, nessas condições, está de antemão condenada ao fracasso. De fato, o processo histórico não é, como gostaríamos nós, um itinerário linear, levando das dificuldades conhecidas do passado às certezas do presente e a um cenário esperado no futuro. A vida é um trajeto relativamente caótico, cheio de ruído e furor – *full of sound and fury*, como diria Shakespeare em Macbeth (V, 5) –, conduzindo, por caminhos algo incertos e em companhias nem sempre escolhidas, a cenários sempre inesperados ou mesmo, por vezes, a algumas surpresas desagradáveis.

Prever é o próprio do homem, nos alerta o historiador francês George Minois, ao início deste livro rico e saboroso, que nos leva dos velhos expedientes de adivinhação empregados pelas sociedades do mundo antigo às modernas técnicas, pretensamente “científicas”, utilizadas pelos prospectivistas ou “prospectólogos” contemporâneos, com a intenção de prever o futuro. Registre-se, desde já, que o livro não é uma “história do futuro”, o que o colocaria irremediavelmente no terreno do profetismo, mas uma “*histoire de l'avenir*”, isto é, um discurso erudito, centrado no conhecimento histórico das técnicas, métodos e procedimentos utilizados em todas as épocas para melhor conhecer, e se possível tentar dominar, o futuro, isto é, os acontecimentos de alguns dias, de poucos meses ou mesmo de anos à frente.

Das pitonisas e sacerdotes do mundo antigo, dos falsos profetas da Idade Média, aos astrólogos do Renascimento e às leitoras de cartas de todas as épocas (inclusive e sobretudo na nossa), reis, príncipes ou simples mortais sempre recorreram às técnicas de adivinhação para ter sucesso na guerra ou no amor, ou em ambos. Mesmo os filósofos do Iluminismo não estiveram imunes ao apelo às forças “incontroláveis” – magnetismo, sonambulismo e outras formas de espiritismo –, como maneira de evitar as desgraças e misérias da condição terrena

para construir um mundo melhor. Oráculos, profecias, predições, utopias e outros modos de antecipação foram mobilizados pelos homens para evitar desastres e garantir o sucesso, com resultados sempre decepcionantes.

No início do século XX, os espíritos mais esclarecidos estavam fortemente impregnados de otimismo racionalista: as conquistas da ciência e da técnica, o domínio sobre a natureza iriam conduzir a civilização a patamares ainda mais elevados de bem estar material e de felicidade espiritual e, no entanto, o que se viu foi um breve século XX cheio de ruído e furor, com milhões de mortos em guerras e genocídios vergonhosos. O aborrecido da história, como relembra George Minois, é que o futuro é desconhecido. As escolhas que fazemos, portanto, são apostas ou estimativas e mais elas são exatas, mais nossa ação terá sido eficaz. O ideal, assim, seria poder conhecer o futuro, o que nos permitiria fazer exatamente o que convém ao nosso máximo bem estar. A predição, assim, é indissociável da ação, e ela pode ser tanto positiva, ou seja, tendencialmente situada no caminho de um resultado esperado, como “negativa”, isto é, permitindo antecipar e prevenir alguma catástrofe “prevista”. O importante, nesse sentido, não seria tanto a exatidão da predição, mas o seu papel de terapia social ou individual.

Minois esclarece ainda, em sua introdução a um formidável estudo histórico de 650 páginas, que a predição “não é jamais neutra ou passiva. Ela corresponde sempre a uma intenção, a um desejo ou a um temor; ela expressa um contexto e um estado de espírito. A predição não nos esclarece sobre o futuro, mas reflete o presente. Nisso, ela é reveladora das mentalidades, da cultura de uma sociedade ou de uma civilização” (pp. 13-14). Ele não se propõe, em consequência, realizar um catálogo das profecias passadas para atribuir um certificado de clarividência ou distribuir censuras em função do seu grau de realização e, se este fosse o caso, a história das predições seria a história dos fracassos. Ninguém teve a capacidade de conhecer ou prever o futuro: nem os profetas, os oráculos, as sibilas, os astrólogos, os cartomantes, os autores de ciência-ficção, os utopistas, os filósofos ou os futurólogos. O interesse dessas predições reside no que elas podem nos revelar sobre a época ou o meio nos quais elas foram feitas. É nesse espírito que Minois concebeu o seu livro, que é portanto um trabalho de história, não de antecipação.

Ele começa seu *racconto storico* pela era dos oráculos, ou seja, as adivinhações primitivas, bíblicas ou do período greco-romano, quando estavam a serviço do destino individual e da política. A predição, nos povos mais antigos, servia como uma espécie de seguro ou de garantia divina, ambos ligados a uma concepção determinista do universo. A

astrologia também nasce nesse contexto, sobretudo nos povos do “crescente fértil” da Mesopotâmia: ela se coloca a serviço dos reis e permitiria “determinar” as épocas favoráveis às guerras e anunciar as grandes catástrofes, epidemias, inundações, secas ou, ainda, as colheitas fartas e a prosperidade (pp. 22-23).

Existem também os profetas, que falam em nome do próprio deus, mas eles freqüentemente anunciam a volta a tempos imaginários do passado, o que dá início ao ciclo do “eterno retorno”. Cedo se desenvolve uma luta, por vezes surda, outras vezes aberta, entre profetas “verdadeiros” e “falsos profetas”, que são obviamente os de “oposição”, agindo individualmente contra os profetas “oficiais”, ligados aos reis e servos do poder: Jeremias acaba na prisão por ter previsto a ruína de Jerusalém (p. 33). O messianismo, também surgido nesse contexto, se desenvolve geralmente para restaurar uma antiga felicidade perdida ou anunciar um futuro salvador, o que constitui o coração da própria Bíblia e o sentido profundo do povo de Israel. Quando o messianismo toca de perto nas questões político-sociais, ele pode chegar a contestar a ordem estabelecida, com funestas conseqüências para os seus praticantes.

No mundo grego se vai uma etapa adiante, passando da prática espontânea a uma atividade refletida, pensada e até objeto de questionamentos intelectuais: seria possível prever o futuro? Os filósofos pensam sobre a natureza desse conhecimento do futuro, mas os chefes da cidade-Estado se servem da adivinhação para fins de manipulação política. “Tornar-se mestre do futuro para controlar o presente: este será um dos legados essenciais da civilização grega” (p. 51). Os gregos aperfeiçoam os métodos e as diversas técnicas da adivinhação, que passam a ser conhecidas pelos nomes gregos: a quiromancia (linhas da mão), a hidromancia (pelas águas), a ictiomancia (peixes), a empiromancia (fogo), a oniromancia (sonhos), a ornitomancia (pássaros), a necromancia (evocação dos mortos) e muitas outras mais. Os gregos não negligenciam nenhuma forma de conhecer o futuro e foram, provavelmente, “o povo mais bem informado sobre o futuro de toda a Antiguidade” (p. 57). Mesmo os romanos, mais céticos quanto aos oráculos – dos quais o principal foi o de Delfos, uma bem orquestrada figuração manipulada pelos sacerdotes do tempo de Apolo –, se deixarão levar pelo colorido, diversidade e riqueza da “tecnologia grega de adivinhação”.

Minois vê em Delfos o verdadeiro centro da diplomacia das cidades gregas. As delegações vêm de todas as partes para consultar o oráculo sobre seus assuntos correntes. “O santuário é uma espécie de Genebra do mundo mediterrâneo, onde se está perfeitamente a par de todos os acontecimentos políticos dessa região, graças às idas e vindas dos diplomatas, dos delegados, dos mercadores, dos turistas e dos peregrinos. (...) Nós temos lá um caso único de

‘futurocracia’” (p. 61). Felipe da Macedônia e Alexandre visitam Delfos, menos para saber o futuro do que para obter uma caução suplementar para a sorte dos seus exércitos.

Isso estimula a livre concorrência profética, pois outras cidades vão querer também desenvolver seus próprios oráculos, com predições mais conformes aos seus interesses. A astrologia também recebe um impulso fundamental nos trabalhos dos sábios gregos, o que permite dar-lhe ares de predição “racional”, sobretudo a partir de seu tratamento separado, mas potencialmente conjunto, com a astronomia, na obra de Ptolomeu: “para ele a astronomia é apenas uma etapa necessária em direção do objetivo essencial, o conhecimento do futuro pela predição astrológica” (p. 69). Segundo um dos comentaristas de Ptolomeu, um certo tipo de cometa pode prever a queda dos tiranos e provocar mudanças nos países para os quais aponta a sua cauda.

Já Platão pertence a um outro gênero de “profetas do futuro”, os “utopistas”. Ele concebe a cidade ideal, um projeto detalhado fundado sobre a análise do comportamento humano. Os governantes serão sábios, os sacerdotes são afastados e a predição é um monopólio do Estado, ao passo que o povo, considerado incapaz de se organizar, deve ser enquadrado e submetido a vigilância constante: “austeridade, simplicidade, racionalidade caracterizam a cidade platônica, reflexo do sonho grego de harmonia e de permanência, de um porvir sem futuro” (p. 88).

Os romanos vão recolher toda essa herança e levar a arte da predição do terreno do conhecimento para o da prática, instaurando um monopólio de Estado sobre todas essas técnicas, de forma a sempre colocar a vontade dos deuses a serviço de Roma, garantindo assim o sucesso de seus empreendimentos militares e econômicos: “uma vez o Império estabelecido, se assiste a uma dominação do Estado sobre o futuro, confiscado pelos novos mestres” (p. 89). Tibério proíbe a consulta privada aos adivinhos e Cláudio, em 47 d.C., decide reagrupá-los “em uma ordem oficial, fazendo deles um órgão do Estado, uma espécie de ministério do Futuro” (p. 97). O historiador Tácito registra essa passagem: “Cláudio propõe ao Senado a criação do Bureau dos adivinhos... [e] o Senado decreta que os sacerdotes se encarregariam das instituições necessárias à manutenção dos adivinhos” (p. 97). Mas em Roma, a astrologia perde em parte seu caráter científico para revestir-se de um aspecto religioso, ao passo que um intelectual como Horácio prefere exaltar o presente, preconizando a política do *carpe diem*.

Se os jogos de adivinhação dos romanos eram modestos, geralmente relativos ao futuro imediato, em especial político e militar, a profecia cristã, que ascende de maneira

irresistível a partir do século IV, apresenta uma dimensão bem mais vasta: ela estende seu alcance de maneira ambiciosa, no tempo e no espaço, como demonstra George Minois na segunda parte do seu livro, dedicada à “idade das profecias”. Trata-se, no essencial, das promessas apocalípticas e milenaristas da Idade Média, o que compreende uma vasta gama de predições e exegeses, das interpretações mais ou menos livres dos profetas antigos (como Daniel), à proliferação de “falsos profetas” e ao estatuto ambíguo da astrologia na Alta Idade Média – Santo Agostinho diaboliza a adivinhação e a astrologia –, até a verdadeira inflação, banalização e deriva ulterior das predições e profecias, cuja regulamentação será tentada por São Tomás.

Alguns eventos catastróficos são vistos como a própria antecipação do Anticristo, como a peste negra, ao passo que as cruzadas podem ser consideradas como uma materialização das profecias. Roger Bacon, que preconizou precocemente uma união entre a religião e a ciência, tenta colocar a astrologia a serviço da cristandade, mas os teólogos resistem e fazem condená-la em 1277 (o próprio Bacon foi encarcerado). A Igreja tenta controlar o fluxo de predições, inclusive para resistir à ascensão de movimentos heréticos que se multiplicam a partir do século XII. O tema da pobreza é recorrente em alguns movimentos milenaristas, abrindo assim o caminho a uma espécie de “comunismo da idade do ouro” que se refletirá, no século XIX, nas correntes utópicas do socialismo. Pequenos grupos, que se mantêm pacifistas, decidirão, mais adiante, construir comunidades de puros no Novo Mundo, depois que Colombo deu início à etapa moderna da globalização e da unificação planetária da economia.

A terceira parte desta obra, dedicada à “idade da astrologia”, está concentrada no Renascimento, entre os séculos XV e XVII, quando se pretendia que os astros podiam reger a vida das pessoas e, portanto, o futuro. Ainda que a Igreja tenha procurado refrear a demanda pelas predições astrológicas – diferentes concílios entre meados do século XVI e a segunda metade do seguinte tentam condenar o uso dos horóscopos e as predições a partir dos astros –, o charlatanismo astrológico conheceu sua hora de glória no século XVI, com Nostradamus. Mas, nem só de astrologia viveu essa época, pois que utopias e retomada do profetismo religioso também ocupam a atenção de letrados e da arraia miúda, com uma extraordinária difusão dos materiais impressos, a partir da invenção de Gutenberg. A *Utopia* de Thomas Morus é publicada em 1516 e, a despeito de guardar uma certa filiação intelectual com a cidade ideal de Platão e a cidade de Deus de Santo Agostinho, ela talvez aponte para a redenção dos homens em outro continente, nas novas terras descobertas por Colombo, a partir

de então conhecidas simplesmente como América (do nome de outro navegador, o genovês Amerigo Vespucci). Tomaso Campanella publica a sua “cidade do sol” um século mais tarde (1602) e Montaigne tenta desacreditar essas “prognostications”, em nome do ceticismo racionalista, mas naquele momento ele perde para os astrólogos da corte.

A “idade das utopias” se dissemina mesmo entre os séculos XVII e XIX, objeto da quarta parte deste livro, que vai das cidades radiosas clássicas até o otimismo das utopias socialistas na transição para a sociedade industrial. As adivinhações tradicionais tornam-se então marginais, submetidas que foram a uma exploração “cética” dos mitos e das profecias religiosas pelos sábios iluministas. Ironicamente, a decadência da astrologia vem na cauda de um cometa, em 1680, cuja reputação catastrófica é ridicularizada por vários sábios. O edifício termina de cair em 1758, quando o mesmo cometa retorna, como havia previsto Halley: “a ciência astronômica se revela mais eficaz em seus anúncios do que a astrologia” (p. 400). O *Dictionary* do doutor Samuel Johnson já traz, em 1775, esta qualificação da astrologia: “arte doravante completamente desacreditada como irracional e falsa” (pp. 405-6). A ciência dos astros passa a servir não mais do que para previsões meteorológicas, que são incorporadas a partir de então nos almanaques, úteis sobretudo para os agricultores em sociedades ainda não industrializadas.

As novas vias da predição, a partir do século XVIII, se situam justamente na história e nas ciências humanas, que não ficam entretanto imunes às utopias, inevitáveis em sociedades em rápido processo de transformação, como foi o caso desde o deslanchar da revolução industrial. A diferença em relação aos métodos tradicionais de adivinhação, segundo George Minois, se situa no fato de que “enquanto as primeiras se inspiram de informações exteriores, comunicados por Deus, pelo diabo, por quaisquer espíritos, pela posição dos astros, as segundas são o fruto exclusivo do raciocínio humano” (p. 417). Esse modo de ver leva os filósofos a se ocupar do passado, da história, segundo a regra ainda estipulada pelo *Big Brother* em 1984: “Aquele que controla o passado, controla o futuro”. O *Discours sur l’histoire universelle* de Bossuet (1681) ainda se desenvolve segundo a vontade de Deus, mais essa história providencialista começa a recuar em face dos ataques cada vez mais intensos dos racionalistas (aliás, desde Jean Bodin, que em 1566, expunha, em seu *Méthode pour une connaissance aisée de l’histoire*, uma tentativa de racionalização do processo histórico). A idéia de progresso e o conceito de “sentido da história” fazem irrupção no debate intelectual, notadamente com Turgot e Condorcet, mas também com Kant, que escreve, em 1784, a *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. O “fim da história” está

próximo, com Hegel, cujos argumentos sobre o liberalismo político e econômico serão retomados em pleno século XX por Alexandre Kojève e Francis Fukuyama. Esse profetismo histórico, de base parcialmente científica, também está presente em Fichte, que de certo modo “anuncia o messianismo nacionalista do século XIX e mesmo o nacional-socialismo do século XX” (p. 426).

Globalmente, os filósofos iluministas são otimistas, vendo progresso e razão no futuro da humanidade, mas o pessimismo, base das utopias, também tem um mercado aberto à sua expansão. Lamartine arriscou que as “utopias são, freqüentemente, apenas verdades prematuras” (p. 427), mas o fim das ilusões e o desencantamento do mundo ainda não tocaram o século XVIII, que encontra-se impregnado de utopias, geralmente sob a forma de projetos de reforma social, de construção da sociedade ideal, com fortes traços de “comunismo primitivo”. A Revolução francesa vem, justamente, inaugurar a era das massas, que desejam um futuro sem miséria. A condenação da propriedade privada, impulsionada pelo clima revolucionário, vai desembocar nos milenarismos socialistas, de base cooperativa ou coletivista, cujos profetas principais são Fourier (e os “falanstérios”), Cabet (e a “Nova Icária”) e Robert Owen (o padrão da “Nova Harmonia”). Os Estados Unidos recebem várias dezenas desses projetos de “paraísos terrestres”, inclusive um experimento de Cabet no Illinois e uma aldeia de Owen em Indiana. Mesmo o Brasil, no final do século XIX, acolherá a comunidade libertária e anarquista de Giovanni Rossi, a “Cecília”, que entretanto “não resiste quatro anos” (p. 504).

Alguns profetas da felicidade procuram dar uma base econômica credível a seus projetos de bem estar sem custos, como Jean-Baptiste Say que, em 1800, prevê, na obra *Olbie ou essai sur les moyens d'améliorer les moeurs d'une nation*, uma economia de mercado funcionando sem crises e com ganhos rápidos. Menos simplista, mas também otimista, John Stuart Mill acredita, nos seus *Princípios de Economia Política* (1848), que a sociedade passará de um “estado progressivo”, no qual as forças econômicas estão em contínua expansão, para um “estado estacionário”, que seria um estado ideal, antecipando assim as previsões do Clube de Roma (pp. 509-510). O pastor Thomas Malthus é bem mais pessimista, prevendo uma catástrofe se a forte natalidade não recuasse em face da oferta insuficiente de alimentos, mas ele não foi confirmado pelos fatos ou pela ciência.

Os pensadores socialistas são todos mais ou menos profetas, como foi o caso com a primeira geração de utopistas, mas o socialismo científico tampouco escapa à regra. Proudhon achava o socialismo inelutável, da mesma forma que Marx, que tinha ademais “descoberto” as leis de funcionamento da história, baseadas na luta de classes. Marx também anunciou o fim

da história, já que a futura ditadura do proletariado aboliria a sociedade de classes e a necessidade de acumulação privada, com o que o poder público perderia seu caráter político. O milenarismo marxista se desenvolve a partir daí e, já em 1892, Kautsky, no livro *O Estado do Futuro*, prevê o fim do capitalismo pela crise de superprodução, tema igualmente presente em Lênin, em Rosa Luxemburgo e nos demais seguidores do credo. Cruel ironia: o profetismo leninista vê a verdadeira liberdade a partir da eliminação dos últimos capitalistas e a abolição do Estado burguês.

Na mesma época, favorecidos pelos progressos tecnológicos, tomam impulso os profetas da ciência-ficção, com o anúncio do fim das guerras. As previsões terríveis sobre a “guerra do futuro” (1897) por um banqueiro polonês, Ivan Bloch, teriam incitado o czar russo a tomar a iniciativa de convocar uma conferência de paz, realizada na Haia em 1899. Mesmo o cientista Alfred Nobel acreditava que a iminência de uma destruição terrível, a partir da sua dinamite, levaria os países a se desfazerem de seus exércitos.

O autor mais conhecido no gênero, o inglês Herbert George Wells, dá o tom da nova era com um livro, *Anticipations* (1901), cujo subtítulo já indicava seu conteúdo: “a influência do progresso mecânico e científico na vida e no pensamento humano”. Para Wells, como indica Minois, “a predição é possível, à condição de empregar um método científico, que se baseia na observação da história e das tendências do presente, complementado pelo método indutivo” (p. 523). Em um trecho de *Anticipations*, Wells esclarecia que a “profecia moderna deve seguir exatamente o método científico” e ele acreditava que “seria extremamente estimulante e benéfico para nossa vida intelectual dirigir firmemente para o futuro os estudos históricos, econômicos e sociais e, nas discussões morais e religiosas, preocupar-se ainda mais do porvir, referir-se incessantemente a ele, deliberadamente e corajosamente”. O paradoxo, entretanto, é que Wells faz previsões muito mais certas nos seus romances de ficção – *The Time Machine* (1895), *When the Sleeper wakes* (1899) e *A Modern Utopia* (1905) – do que nas obras ditas “sérias”: ele antecipa o transporte aéreo de massa (1899), a eficácia do carro de combate ou tanque de guerra (1903) e as bombas atômicas (1914), mas recusa, em seus trabalhos não ficcionais, a possibilidade de que essas máquinas venham a ser construídas (segundo comparação feita por Bernard Cazes, no livro *Histoire des Futurs*; Paris, 1986).

Com o século XX, entretanto, já estamos na “era das predições científicas”, quinta e última parte do livro de George Minois, que se ocupa agora do renascimento do pessimismo, com os profetas de decadência e da contra-utopia, e da prudência das teorias probabilísticas e dos métodos dos prospectivistas.

Na primeira vertente, ocorre de fato uma ênfase nos problemas da humanidade, confirmando, talvez a previsão feita em 1790 por Edmund Burke, segundo a qual depois da era dos cavaleiros, viria a dos economistas: depois do cavaleiro, o banqueiro; depois da honra, a carteira; depois da Igreja, a Bolsa, em direção de um mundo cinzento de proletários, burocratas, pequenos comerciantes e grandes burgueses. Teorias darwinistas, eugenistas e racistas agregam ao pessimismo reinante e mesmo a democracia começa a ser relegada a segundo plano pelos novos arautos do Estado onipresente. O próprio Tocqueville pode ser arrolado entre os pessimistas da democracia, que segundo ele gera frustrações ao prometer uma igualdade ilusória, estimular o desejo de consumo e validar os apelos demagógicos e as “tirantias legítimas”, desde que “em nome do povo” (p. 536). Em outros termos, a democracia de massas poderia conduzir à mediocrização, com o que certamente concordaria Nietzsche. Alguns preferem ver no judeu a causa da “decadência do Ocidente”, com as conseqüências que se conhece poucos anos mais à frente.

A Grande Guerra de 1914-18 e seu imenso cortejo de hecatombes militares e os primeiros genocídios reforçam ainda mais o pessimismo: Oswald Spengler termina em 1918 seu cenário decadentista, *O Declínio do Ocidente*, cujo sucesso é imediato. O raciocínio é biológico: as civilizações nascem, se desenvolvem, chegam à maturidade, entram em decadência e depois morrem, segundo um ciclo de mil anos. O Ocidente, nascido no ano 1000, estaria, portanto, próximo do fim. O historiador Arnold Toynbee, um “outro profeta da decadência” (p. 543), tem porém uma visão menos pessimista, feita de ciclos civilizacionais que podem se regenerar.

A própria ciência-ficção torna-se pessimista, num ciclo que começa com Eugene Zamyatin (*Nós*, 1920), passa pelo romance *Brave New World* (1932), de Aldous Huxley, e avança para *1984* (1948), de George Orwell: em todos eles, um mundo regulado e submetido a um poder totalitário “produz felicidade humana”, ao preço da liberdade individual. Só a literatura produzida sob o regime soviético foge a essa tendência, mas “trata-se aqui da aplicação das recomendações oficiais, que marcam o setor da cultura: um bom comunista é otimista, porque a classe trabalhadora, dirigida pelo partido e guiada pelo genial pensamento marxista-leninista, vencerá todos os obstáculos” (p. 545).

A contra-utopia da ciência-ficção do século XX é tanto mais pessimista quanto os futuros previstos parecem possíveis. “Inspirando-se nas experiências do século XX, que elas prolongam e amplificam pelo acréscimo dos progressos tecnológicos, dos estudos sociológicos e psicológicos, esses futuros abrem perspectivas que seria perigoso desdenhar” (p. 552). Afinal de contas, como Nicolas Berdiaev escreveu na apresentação do *Brave New*

World, “o mundo caminha para as utopias”, o que parece ser ilustrado pela previsão econômica, que tornou-se importante no século XX.

De fato, a “ciência lúgubre” dos neoclássicos atravessa maus bocados em meados desse século, com as crises surpreendentes, a perda de patrimônio, a depressão e o desemprego. Keynes – que havia aliás “previsto” que os custos da política de reparações imposta à Alemanha pelo tratado de Versalhes poderia provocar uma crise e novas fontes de conflito – reconhecia que a confiança no futuro é um elemento determinante do jogo econômico, razão pela qual o Estado deveria desempenhar um papel importante na retomada do ciclo virtuoso, atuando sobre os juros, a moeda e o emprego.

As técnicas e instrumentos de previsão econômica se desenvolvem na primeira metade do século, desde a teoria dos ciclos de Nicholas Kondratieff e Joseph Schumpeter até os trabalhos econométricos e de modelagem insumo-produto de Wassily Leontief (estes não tratados por Minois). Isso não impediu, obviamente, o deslanchar da crise de 1929 e o aprofundamento da depressão na década seguinte. Schumpeter também era, de certa forma, um “profeta da decadência”, já que em seu livro *Capitalism, Socialism and Democracy* (1942) ele chegou a duvidar, por razões econômicas – concentração da produção, “financeirização” – da capacidade de sobrevivência do capitalismo.

Previsões pessimistas ou otimistas não existem apenas em economia – como o famoso Relatório Meadows (1971), do Clube de Roma, que antecipa uma crise ecológica e o esgotamento dos recursos naturais no século XXI –, mas elas são feitas igualmente no terreno da política. Henry Kissinger, considerado um dos mais argutos dos conselheiros de segurança nacional dos Estados Unidos, afirmava categoricamente em 1997 que “hoje, pela primeira vez em nossa história, somos confrontados à dura realidade do desafio comunista que não se extinguirá. Nós devemos aprender a conduzir a política externa como muitas outras nações o fizeram durante séculos, sem escapatória e sem descanso. O contexto será durável”. Dois anos depois, Jeanne Kirkpatrick reafirmava que “a história deste século não traz nenhuma razão para crer que regimes totalitários radicais podem se transformar por si mesmos” e Jean-François Revel temia, em 1983, que talvez fossem as democracias que desapareceriam (p. 557). Nem François Furet, que historiou o fim das ilusões comunistas, nem Francis Fukuyama, que perguntou, em 1989, se não tínhamos chegado ao “fim da história” – o ponto de interrogação do título do seu famoso trabalho é importante –, com o triunfo das economias de mercado, não previram necessariamente o fim do comunismo enquanto regime político totalitário ou o próprio desaparecimento da União Soviética enquanto Estado.

Cenários otimistas a partir do domínio sobre a energia nuclear nos anos 1950 eram muito freqüentes, da mesma forma como o crescimento econômico ininterrupto dos países recentemente independentes, até alcançar os patamares de desenvolvimento das nações mais avançadas. As previsões econômicas contemporâneas tendem a ser mais modestas e cautelosas, quase que incorporando os princípios de incerteza e de improbabilidade da física quântica, que abandonou as certezas da mecânica newtoniana para adentrar nos terrenos bem mais vagos da imprecisão e do acaso.

A previsão ainda tem futuro?, se pergunta George Minois em seu último capítulo, que trata dos videntes, dos profetas do fim da história e dos prospectivistas. A pergunta faz sentido, pois se começa a duvidar da capacidade do homem em fazer previsões: o questionamento da razão, o hiper-criticismo e o ceticismo, agregados aos freqüentes erros de previsões passadas, levam a uma reconsideração global da possibilidade de previsão. O contraste é evidente com a multiplicação de antecipações que tinha marcado o ano de 1900: então, todas as esperanças eram permitidas, mesmo se algumas já expressavam alguns temores. O século XX frustrou todas as esperanças e terminou, em quase todas as áreas, aquém do que se esperava há cem anos. Provavelmente, apenas a eletrônica conseguiu superar as previsões.

Não obstante o pessimismo, a predição popular e as “adivinhações” astrológicas – em meio urbano, sobretudo – continuam a fazer sucesso: milhões são gastos com dezenas de métodos diferentes para prever o futuro, evitar desgraças e restabelecer a felicidade. Os jornais mais sérios trazem as previsões dos astrólogos mais “reputados” e a consulta à distância se vê facilitada pelas tecnologias de informação e de comunicação. As profecias religiosas também continuam a mobilizar milhões de seguidores de diversas crenças, ao passo que uma certa “teologia da prosperidade” arranca dinheiro de incontáveis crédulos prometendo-lhes a felicidade garantida, ou pelo menos a salvação de um destino terrível.

Mas, o futuro não é mais o que ele costumava ser, já que as novas técnicas de modelagem de cenários devem levar em conta o impacto do desenvolvimento tecnológico e os efeitos paralelos ou em cadeia provocados por inovações técnicas em áreas não necessariamente imaginadas por seus inventores. Como argumenta Minois, “a previsão tecnológica se caracteriza sempre por resultados em dentes de serrote, em relação às realizações concretas: os anúncios prematuros convivem com as subestimações, os avanços com os atrasos. As previsões globais são incapazes de levar em consideração as interações múltiplas entre as diferentes áreas, variações de custos, influência de fatores sociais, políticos ou culturais” (pp. 579-580).

As disparidades entre a previsão tecnológica e a realização é explicada da seguinte forma pelo conhecido filósofo da ciência Thomas Kuhn: “Tudo se passa como se nós conseguíssemos reter, dos sinais que nos vêm do ambiente, apenas aqueles que estão de acordo com os nossos conhecimentos, sustentam nossas convicções, justificam nossas ações, vão ao encontro de nossos sonhos e nosso imaginário” (p. 581). No terreno das ciências humanas, o relativismo se instala com a derrota das grandes teorias históricas e o combate ao etnocentrismo e ao evolucionismo. Como escreveu o historiador americano Carl Lotus Becker (1873–1945), numa transcrição sem fonte de Minois, “cada século reinterpreta o passado de maneira a que este sirva a seus próprios fins. O passado é uma espécie de tela sobre a qual cada geração projeta a sua visão do futuro” (p. 582). Minois completa o raciocínio invertendo a frase de Becker, dizendo que “o futuro é uma tela sobre a qual cada geração projeta a sua visão do passado, e, como este não para de mudar e função das preocupações do presente, a previsão do futuro é apenas uma projeção do presente” (idem).

Minois também sugere que, sem que sejamos organizados por algum serviço especial, cumprimos inconscientemente o trabalho de revisão permanente do passado que era efetuado no romance *1984* pelo ministério da Verdade do Big Brother. Se o valor da história é contestada em seu próprio objeto, ou seja, no conhecimento do passado, então todas as tentativas de construir modelos explicativos estão condenadas ao fracasso: “Ora, de Joaquim De Flore a Hegel e a Marx, foram esses os modelos que serviram de instrumentos de previsão, colando no futuro as estruturas do passado. Se todos os modelos são falsos, é evidente que a previsão não tem nenhum valor” (p. 583). A previsão, sobretudo em matéria política, se limita a um catálogo de potencialidades.

Alguns historiadores fazem dessa incapacidade de previsão a própria força da história, que não precisa, como a sociologia, generalizar eventos ou processos. Como diz o historiador britânico Hughes Trevor-Roper, “a dificuldade, com todas as tentativas de profecia da sociologia, é que elas se apóiam sobre hipóteses de continuidade que não estão sempre fundamentadas. Quase todas as mudanças provêm da sociedade, mas elas provêm mais freqüentemente de grupos que, na época que eles existem, são ignorados. Assim, para o historiador só existe um método: o método empírico. Todo pensamento histórico que não se vê golpeado imediatamente pela obsolescência, é fundado na experiência. O sociólogo parte do dogma: ele elabora modelos, e o que prova a qualidade do modelo é que ele funciona” (p. 584).

O debate tantas vezes equivocado em torno do “fim da história” não deveria, em princípio, considerar as imensas dificuldades para a realização efetiva da tese principal de

Fukuyama, qual seja, a hegemonia do sistema liberal-democrático, mas sim o fato de se poder imaginar um mundo substancialmente diferente desse, uma alternativa melhor para se organizar o futuro. O próprio Fukuyama aponta alguns fatores limitativos da marcha irresistível para a democracia liberal: a persistência, em alguns lugares, de uma consciência racial e étnica bastante desenvolvida; correntes religiosas totalitárias, em especial os fundamentalismos judeu e muçulmano, e talvez mesmo católico; a resistência das estruturas sociais desiguais; e a organização insuficiente da sociedade civil, que deixa o essencial do poder a um Estado centralizador, enquanto a verdadeira sociedade liberal deveria apoiar-se sobre a autonomia das associações de base. “Globalmente, é portanto a afirmação das ‘identidades culturais’ que retarda o movimento em direção da homogeneização das formas de vida” (p. 586).

Em outros termos, a luta contra essa homogeneização e a reafirmação, ao nível infra-político, das identidades culturais reforçariam as barreiras entre os povos e as nações, mas se trata de um combate de retaguarda e periférico. Minois pergunta se o fato de não se imaginar nenhum sistema melhor do que a liberal-democracia não seria uma simples falta de imaginação, como se não houvesse, no século XVII, nenhuma alternativa ao absolutismo. E as desigualdades de renda, pergunta ele, não poderiam ser fonte de futuros conflitos? Os profetas do apocalipse ainda parecem ter trabalho pela frente.

Os dois métodos mais recente de previsão são a futurologia e a prospectiva, esta uma das grandes novidades da segunda metade do século XX. “Ela se caracteriza por uma institucionalização e uma profissionalização da atividade de previsão, com um objetivo de ação e de preparação da opinião. Na sua concepção, portanto, ela retoma o papel que desempenhavam os oráculos oficiais no mundo greco-romano, utilizando os meios modernos, estatísticas, probabilidades, modelização, sondagens e outros. Trata-se na verdade de um instrumento a serviço dos poderes políticos, econômicos, tecnocráticos. Mais do que nunca, governar é prever, num mundo instável onde a tecnologia avança a uma velocidade crescente. É preciso antecipar para ser eficaz. É preciso também preparar os espíritos, e se retoma aqui a idéia de manipulação do futuro a serviço do presente, tão comum na Antiguidade. Nada como uma pesquisa prospectiva para justificar uma reforma desejada pelo poder” (p. 589).

O vínculo com a Antiguidade se manifesta inclusive na escolha do nome de um dos procedimentos, o método Delphi, processo estabelecido pela Rand Corporation no início dos anos 1950. A prospectiva moderna nasceu antes, em 1929, quando o presidente Hoover cria uma comissão encarregada de estudar a evolução no campo das reformas sociais. Depois,

Roosevelt, em 1933, encarrega W. F. Ogburn de redigir um relatório sobre as tendências tecnológicas e a política governamental, mas os avanços mais importantes se dão no contexto militar dos anos cruciais de 1944-48, com a tecnologia nuclear e a revolução estratégica que significa a passagem à Guerra Fria. A criação da Rand (Research and Development) Corporation se dá portanto nesse contexto. A partir de 1975, a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos obriga todas as comissões a trabalhar de maneira prospectiva, o que a consagra como instituição. Mas, o movimento já tinha sido ampliado a partir da criação da World Future Society, em 1966, que democratiza o debate em torno de profissionais e mediante uma revista, *The Futurist*.

Na Europa, a prospectiva está vinculada a estabelecimento da planificação econômico-social no pós-guerra, em diversos países de orientação liberal. O caso da França é obviamente o mais evidente. O próprio nome “prospectiva” foi inventado em 1957 pelo francês Gaston Berger, como o simétrico de retrospectiva. Como indica Minois, “o termo previsão não convém, de fato, a essa nova realidade, que não é simples conhecimento do futuro, mas o resultado de uma ação concertada, levando em consideração as tendências prováveis” (p. 591). A imagem utilizada por Gaston Berger para justificar essa atividade é a da estrada: a carroça, de noite, precisa apenas de uma simples lanterna, mas o carro veloz necessita de faróis potentes. Em 1957, Gaston Berger cria o Centre d'Études Prospectives, que em 1960 se funde com a associação Futuribles, criada por outro pioneiro da área, Bertrand de Jouvenel. “A grande preocupação de Bertrand de Jouvenel”, diz George Minois, “é a de evitar que a prospectiva não se torne monopólio do poder, isolada da sociedade, elaborada em segredo como um puro instrumento da tecnocracia” (p. 591). O outro grande nome da prospectiva francesa é o de Jean Fourastié, cujo cuidado reside na incorporação das estruturas duráveis e dos terrenos estáveis na elaboração das previsões. A regra de ouro de Fourastié para o espírito prospectivo, “é colocar o evento não apenas no quadro do passado recente, mas no longo prazo, isto é, ao menos no século, e talvez mesmo no milenário” (p. 592).

A prospectiva tornou-se, portanto, uma atividade profissional, utilizando métodos científicos sempre refinados, apoiados na matemática, a exemplo das “matrizes de interação”, estabelecidas nos anos 1960 por Gordon e Helmer. Trata-se de uma tabela de dupla entrada, permitindo medir os resultados de interações entre os eventos possíveis e as tendências prováveis. “Mais do que uma previsão, é preciso falar de um leque apresentando cenários potenciais. O método das extrapolações, por sua vez, se apóia sobre a observação de uma série de fenômenos passados para aplicar suas conclusões em um outro terreno. O procedimento dos ‘modelos’ é definido como ‘um substituto da realidade, que ele representa

de uma maneira da qual se espera que seja apropriada ao problema a ser tratado. Ele se compõe de fatores relativos a uma situação dada e de relações entre eles. São colocadas questões e se espera que as respostas obtidas forneçam um esclarecimento sobre a parte do mundo real ao qual ele corresponde” (p. 592, citando E. S. Quade, *Analysis for Public Decisions*; Amsterdam, 1982, p. 139).

Pode-se distinguir modelos lineares gerais, de regressão, modelos estocásticos lineares (ou multivariados), modelos econométricos e outros, todos apoiados em métodos matemáticos bastante complexos, sem esquecer o método dos “cenários”, que descreve antecipadamente as condições nas quais se desenvolverá tal ou qual tipo de ação. A fiabilidade do método depende em grande medida da qualidade da informação da qual se dispõe, o que é válido também para os métodos probabilistas, mas não se pode resolver, obviamente questões de natureza metafísica colocadas pela realidade ou pelo acaso. A prudência, portanto, é de rigor para todos esses métodos, que devem ser considerados mais como subsídios à tomada de decisão do que como uma previsão certa sobre o que vai ocorrer. A finalidade seria não tanto prever, mas evitar, por meio de ações adequadas, algumas orientações que poderiam ser consideradas nefastas.

Como indica acertadamente Minois, “a prospectiva tem mais a ver com o terreno da prática do que com o do conhecimento” (p. 593). Avaliações conduzidas na França, em relação a cenários traçados nos anos 1960, confirmaram uma boa aproximação da realidade, em termos de evolução da mão-de-obra, da produtividade, da duração do trabalho, do crescimento econômico, do papel do nuclear, da revolução biológica e das tendências da urbanização, sendo que os “erros” foram sobretudo constituídos de lacunas: a disparada do Japão, a micro-informática, o trabalho feminino e o desemprego.

A prudência dos futurólogos pode frustrar o público, que espera “certezas”: assim pode-se contrastar a morna recepção de um livro cauteloso como *The World in 2020* (1994), de Hamish McRae, com o sucesso estrondoso do *Future Shock* (1970), de Alvin Toffler, para quem a humanidade chegou à “terceira onda”, depois da agricultura e da revolução industrial. Por vezes, a previsão representa uma aposta contra o futuro, como o trabalho de Herman Kahn e Anthony Wiener, *Year 2000*, que em 1972 listava cem inovações técnicas prováveis para o último terço do século XX. O resultado pode ser pura futurologia, ou uma forma moderna de utopia, fazendo extrapolações razoáveis mas extraídas de seu contexto. Os dois métodos estavam presentes no famoso relatório Meadows de 1972, do Clube de Roma, *The Limits to Growth*, que previa uma catástrofe mundial em meados do século XXI em razão do prolongamento das curvas de cinco dados fundamentais: demografia, produção industrial,

produção alimentar, poluição e esgotamento dos recursos naturais. “Os resultados, calculados por computador, são espetaculares e formais, e conduzem a uma conclusão lógica: é preciso parar o crescimento para chegar a uma economia estacionária, do tipo da prevista por John Stuart Mill” (p. 595). Da mesma forma, o relatório encomendado pelo presidente Carter e publicado em 1980, *Global 2000*, também era pessimista, prometendo excesso de população, de poluição e outros impactos ecológicos nefastos.

Bernard Cazes, em seu livro *Histoire des Futurs* (1986), enquadra as preocupações dos prospectivistas em sete temas principais, e, em cada um deles, a evolução é negativa: (1) meio ambiente: rápida degradação; (2) contexto geopolítico: tendência à anarquia desde o fim dos blocos; (3) crescimento econômico mundial: lento; (4) comportamentos demográficos: natalidade em baixa, mas ainda preocupante, sobretudo nos países em desenvolvimento; (5) emprego e trabalho: os números do desemprego estão sempre em alta, a despeito das políticas mobilizadas; (6) Estado protetor: ele não pára de se retirar, mesmo aumentando a carga fiscal; (7) mudanças tecnológicas: o único setor positivo, mesmo se alguns, como Michel Moravick, prevêem uma parada no desenvolvimento dos conhecimentos científicos, que se traduziria por uma interrupção do progresso tecnológico, em virtude de três fatores: (a) para progredir, a pesquisa científica exige um pessoal cada vez mais numeroso e qualificado, que talvez não se renove rapidamente; (b) necessidade de capitais cada vez mais amplos, que vão faltar; (c) chegará a um tal nível de complexidade que as capacidades do cérebro humano serão superadas (p. 596, citando Moravick, “The ultimate scientific plateau”, *The Futurist*, outubro 1985).

As previsões catastróficas teriam, assim, alguma razão de ser?: parada do progresso científico e técnico, implosão do sistema bancário internacional, provocando o retorno à autarquia, desurbanização e guerras civis, balcanização da Europa, colonizada pelo Islã, emergência da China, para dominar o terceiro milenário? Essas previsões, feitas mais de uma década atrás, parecem hoje singularmente pessimistas, mas outros fatores de crise e de tensão no sistema econômico e político internacional vieram acrescentar-se aos velhos problemas e riscos existentes.

A novidade talvez resida na ausência de previsão. George Minois precisa: “ausência de previsões gerais de longo prazo, levadas a sério por um número significativo de pessoas” (p. 597). O fato é que sabemos fazer previsões de curto prazo, com base nas estatísticas e nas técnicas de projeção, mas não há mais crença nas previsões globais de longo prazo, o que pode ser um sintoma de maturidade social: “a humanidade tornou-se adulta” (p. 598). Ele termina esse capítulo por uma nota de ceticismo sadio: “Desde a Antiguidade, o homem

prediz e profetiza, e a história das suas previsões é uma história dos seus erros e das suas decepções. Devemos ficar tristes com o seu ceticismo crescente?” (idem).

As conclusões deste livro são conformes ao seu espírito condutor. Depois de se perguntar se um livro sobre a história das previsões deveria terminar por uma previsão, Minois considera as lições da história. A divisão em cinco períodos – oráculos, profecias, astrologia, utopia e métodos científicos – não significa que ocorreu uma sucessão cronológica dos procedimentos de previsão, mas sim um efeito de entrelaçamento e de acumulação. Os métodos antigos de previsão ainda são utilizados, ao lado dos mais recentes, o que confirma que, nesse terreno, não é o conteúdo que importa, mas o procedimento. “Não é o futuro que está em jogo, mas o presente. Assim é que o método mais recente, a prospectiva, encontra o mais antigo, os oráculos. Para os institutos de prospectiva, como para os funcionários de Delfos, trata-se de fornecer aos dirigentes de todos os tipos indicações de tendências, cenários possíveis para guiar sua ação. Que esses cenários expressem a vontade dos deuses ou a evolução provável das curvas sócio-econômicas, isto é secundário. O importante é que, num caso como no outro, não haja nada de inelutável e que o futuro seja apresentado, finalmente, como o resultado de uma ação voluntária em função de um certo ambiente. Nos gregos, a forma enigmática do oráculo faz a solução depender da habilidade do interessado em decifrá-lo; na prospectiva, a pluralidade de modelos apresentados deixa ampla latitude à perspicácia dos decisores” (p. 599).

“Em última instância”, continua Minois, “não é o que é previsto que conta, é a reação daquele para quem é feita a previsão, e não é a realização da previsão que conta, mas sim a ação que ela vai provocar” (p. 600). Minois considera que a ecologia talvez seja a última utopia da era presente. As religiões eram proféticas, mas tendo tornado-se instituições, encarregadas de administrar o presente, elas tendem a ser conservadoras e a afastar as antigas profecias. Resta a astrologia, sempre popular, por aparentar alguma base científica. Mas os tempos modernos também tiveram sua cota de previsões não realizadas: os socialistas previram o igualitarismo, os economistas liberais o crescimento contínuo, fonte de enriquecimento, e todos estão de acordo sobre o progresso científico. Mas, no que se refere à “grande previsão, o futuro do mundo, da sociedade, da economia, ela foi engolfada no naufrágio generalizado das ideologias, das religiões estabelecidas e dos valores” (p. 602).

Impossibilidade de prever o futuro, portanto? Isso não importa, como reafirma George Minois: “não é o conteúdo da previsão que conta, é o seu papel de guia para a ação; a previsão é oferecida para justificar ou modificar um comportamento” (p. 603). O futuro se constrói

agora e ele não está pré-determinado. “Ora, para construir o futuro, é preciso primeiro construir uma imagem, mesmo falsa. É esta imagem que falta, porque o presente parece ter alcançado o futuro e se confundido com ele. O imediato absorveu o futuro como ele absorve o passado, reconstruindo-o” (idem).

Minois termina relembrando essas obras de ficção, esses filmes futuristas, nos quais os heróis disparam raios-laser, mas levam uma couraça greco-romana e lutam de espadas: “esses traços anedóticos são reveladores de uma época que busca a saída, que não sabe mais prever porque ela não sabe mais onde está o futuro” (p. 603).

Uma obra sem dúvida alguma rica de ensinamentos sobre nossas frustrações do passado, mas tranquilizadora quanto a nossas possibilidades do futuro: continuaremos a tentar adivinhar o curso futuro dos eventos, para melhor guiar nossa ação no presente e retificar nossa visão do passado. Se ousar tirar uma lição pessoal (e coletiva) da leitura destas páginas, seria esta aqui: planejadores do futuro (entre os quais me incluo, momentaneamente), manejem com cuidado os instrumentos de predição, sejam modestos nos objetivos a serem alcançados, estejam prontos para retificar o “tiro” a cada curva do caminho, guardem sempre um certo ceticismo sadio quanto às “soluções ideais” e mantenham todas as possibilidades abertas de escolha entre vias alternativas, pois o desenvolvimento social segue sempre uma via única e original, não havendo nada no passado que nos condene a este ou aquele futuro. E, finalmente: boa sorte na condução deste nosso *bateau ivre*, lançado no oceano do espaço-tempo.

Paulo Roberto de Almeida
Brasília, 1326: 5-8 setembro 2004